AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE-FNO NO ESTADO DO ACRE: RECURSOS DO POVO, POLÍTICA DE ESTADO, BENEFÍCIOS DA ELITE

RÉGIS ALFEU PAIVA; FRANCISCO CARLOS DA SILVEIRA CAVALCANTI; ANTÔNIO CARLOS FONSECA PONTES; LUCAS ARAUJO CARVALHO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RIO BRANCO - AC - BRASIL

REGISPAIVA-AC@IBEST.COM.BR

APRESENTAÇÃO ORAL

DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E REGIONAL

1. INTRODUÇÃO

A história econômica da Amazônia brasileira é o resultado dos altos e baixos da exploração do ambiente efetuada pelos mercados da Europa e dos Estados Unidos. A região sempre foi tratada como um grande depósito de riquezas minerais ou faunoflorísticas e utilizada como um Empório de onde se extraíam (e extraem) produtos à medida que adquirem valor de mercado.

Com o aumento da preocupação com o ambiente e o avanço da degradação, o desenvolvimento local passou a ter relevância, onde atores como o Banco da Amazônia e a aplicação de recursos voltados para o fortalecimento socioeconômico local ganharam importância. A ações deste se ampliaram sobremaneira a partir dos anos 60, sobretudo com a regulamentação do Fundo Constitucional do Norte –FNO (a partir de 1989).

Mas como toda política de Estado, o FNO necessita de avaliações constantes. Estas ainda são poucas se considerada a importância destes recursos para a região. Assim sendo, avaliar alguns dos resultados destes anos de investimento na evolução da socioeconomia acreana serve para identificar correlações já obtidas.

Assim, sendo o FNO um fundo destinado ao desenvolvimento regional, este trabalho busca verificar os efeitos dessas quase duas décadas de investimentos. Ou seja, é preciso checar se o fundo e seu gestor estão cumprindo com seus objetivos.

Para entender como os recursos do povo brasileiro estão sendo disponibilizados aquém de seu custo de mercado, buscou-se analisar os reflexos da aplicação destes valores na economia estadual e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido analisou-se os resultados e se os recursos atingiram seus objetivos quanto a alavancar o crescimento econômico e social, principalmente dentro dos conceitos do desenvolvimento regional.

De forma sintética partiu-se da seguinte questão básica: O FNO, por intermédio do Banco da Amazônia, atingiu seus objetivos como agente do desenvolvimento regional?

Este estudo parte da hipótese de que o desenvolvimento regional não ocorre apenas com a existência de recursos baratos, mas depende de todo um planejamento macro regional e da interligação dos objetivos do fundo com os outros partícipes. Ou seja, o FNO não atingiu seus objetivos, não tendo tido a real importância no contexto regional.

Metodologicamente o trabalho utilizou revisão bibliográfica, principalmente de partes do trabalho de pesquisa da Dissertação de Mestrado apresentados ou publicados. O objetivo é então coligir as diversas partes em um único conjunto de dados que possibilitam uma conclusão geral sobre o tema.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O BANCO NO ACRE

No Acre são nove agências do Banco da Amazônia, sendo a microrregião do Baixo Acre (compreende a capital) a melhor atendida, tanto pelas condições de deslocamento (infra-estrutura viária) como pela quantidade de agências, mesmo sendo apenas duas para atender seis cidades e a maior parte da população (56,7% do total do Estado). É neste local/região[1] onde está a cidade mais distante por via rodoviária da agência de atendimento (Acrelândia, 105 km), conforme pode ser visto no Quadro nº 01:

Quadro nº 01: Agências, região atendida, municípios, população e distância até a agência.

[1] Como forma meramente didática, a distribuição das agências e a regionalização utilizada neste trabalho é a definida pela área de atuação da agência, o que, às vezes, é similar à utilizada pelo Governo do Estado (SEBRAE, 2000, e ACRE, 2005). A viabilidade ou aplicabilidade dos conceitos de microrregião na subdivisão do Estado não é o objeto deste estudo, embora deva ser estudada posteriormente.

Cidade/ Agência	Região atendida*	Municípios Abrangidos	População (Total)	População (%)	Distância a agência (km)
Brasiléia	Alto Acre	Assis Brasil, Brasiléia e, Epitaciolândia.	34 612	5,49	110; 0; 0.
Cruzeiro do Sul[1]	Alto Juruá	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter[2] e, Thaumaturgo[2] e, Rodrigues Alves	113 629	18,03	0; 34;
Feijó	Tarauacá/ Envira	Feijó	35 713	5,67	0
Rio Branco	Baixo Acre	Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guiomard e, Rio Branco[3]	357 462	56,71	105; 22; 62; 95; 78; 0
Sena Madureira	Alto Purus	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus[2] e, Sena Madureira	41 636	6,61	0; 70;
Tarauacá	Tarauacá/ Envira	Jordão[2] e, Tarauacá	34 054	5,40	0
Xapuri	Alto Acre	Xapuri e, parte de Capixaba	13 222	2,10	0

Fonte: IBGE apud Acre em Números 2005 (adaptado) e BASA/GERAC
* Conforme definição utilizada por Sebrae (2000) e também utilizada em O Acre em Números (2005)
[1] Atende ainda alguns lugares do Amazonas.
[2] Municípios não atendidos por malha rodoviária. Acesso somente fluvial e aéreo.
[3] Única cidade com duas agências

A segunda microrregião (em quantidade de habitantes) é a regional do Alto Juruá, onde se concentra pouco mais de 18% dos habitantes do Estado. Nesta a situação de infra-estrutura é crítica, pois apenas quatro municípios são servidos por rodovias (Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima; Feijó e Tarauacá). Com isso os pequenos produtores dependem de viagens por intermédio de pequenas embarcações. Uma agência atende a toda a microrregião de Cruzeiro do Sul. As demais regiões se distribuem de forma mais ou menos igual em termos de população percentual.

2.2 O FNO

A gênese do FNO está na Constituição Federal de 1988, Art. 159, *caput*, I, 'c', e § 1º, regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (alterado pela Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995), onde foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento. Estes fundos asseguram às regiões fontes estáveis de recursos, a médio e longo prazos, para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos (agropecuário, agroindustrial e industrial), tendo como função precípua reduzir desigualdades regionais com financiamento de regiões menos desenvolvidas e, para isso, teriam recursos garantidos com a cota-parte de dois impostos importantes, que são aplicados por meio de suas instituições financeiras de caráter regional[2] (GASQUES & VILLA VERDE, 1995; CARVALHO, 2002; FERREIRA & MENDES, 2003; JAYME JR & CROCCO, 2005; OLIVEIRA & DOMINGUES, s/d).

Os recursos são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério da Integração Nacional, que os transfere aos bancos regionais (Banco da Amazônia na Amazônia, p.ex) que possuem as competências de administração e operacionalização. Os Fundos Constitucionais de Financiamento visam corrigir desequilíbrios regionais, garantindo às regiões mais pobres recursos para o crescimento e melhoria das condições sociais. A missão dos Fundos Constitucionais, as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento das Regiões beneficiárias e os programas de financiamento buscam maior eficácia na aplicação dos recursos (OLIVEIRA & DOMINGUES, s/d).

Quadro nº 02: Descrição das Linhas de Crédito FNO analisadas

[2] Destaca-se, nesse caso particular, o Banco da Amazônia, instituição, responsável pela aplicação do FNO.

Linha	Destinação*
Prodenur	Programa de desenvolvimento rural. Contempla a aplicação de recursos no setor pecuário.
Prodetur	Programa de desenvolvimento do Turismo Ecológico.
Prodesin	Programa de desenvolvimento da Indústria.
Proagrin	Programa de financiamento voltado ao desenvolvimento das agroindústrias.
Promicro	Linha de financiamento destinada ao apoio às microempresas de atividades selecionadas
Promipec	Programa voltado para a micro e pequena empresa
ComServ	Linha de crédito voltada para o apoio ao setor de comércio e serviços
Agropecuária	Destinado aos mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais e suas cooperativas/associações, financiando o aumento de produtividade e recuperação de áreas.
Exposição/Feira	Apoio do banco a Exposição e Feiras.
Industria	Recurso destinado ao apoio ao setor industrial
Pronaf A	O PRONAF 'A' é o crédito para agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária oficial (ou estaduais reconhecidos pelo INCRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Federal).
Pronaf AC	São beneficiários produtores rurais familiares egressos do Grupo A e que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos "C", "D" ou "E"
Pronaf B	Destinado a produtores rurais familiares que se dediquem à criação ou manejo de animais silvestres, com renda bruta anual familiar de até R$ 2.000,00 e no mínimo 30% dessa renda advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento
Pronaf C	Destinado a agricultores familiares com renda bruta anual familiar entre R$ 2.000,00 e R$ 14.000,00, com no mínimo 60% dessa renda advinda da exploração do estabelecimento.
Pronaf D	Destinado a agricultores familiares com renda bruta anual familiar acima de R$ 14.000,00 e até R$ 40.000,00 (70% oriunda da exploração do estabelecimento).
Profloresta	Programa de apoio ao setor extrativo-florestal do Banco da Amazônia.
Pesca e aqüicultura	Programa de apoio ao setor de pesca e de produtos de aqüicultura.

*As descrições baseiam-se em Amin (2002), Silva (1996) ou obtidas junto ao site do Banco da Amazônia.

2.3 OBJETIVOS DO FNO

O objetivo principal do FNO é contribuir para o desenvolvimento econômico da região norte, compatível com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA. A área de aplicação dos recursos era definida na reunião anual do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudam, com ajustes às políticas nacional e regional (CARVALHO, 2002).

A intenção era aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda. O FNO tem viabilizado um substancial fluxo de recursos para o fomento às atividades produtivas dos setores rural e industrial. A finalidade dos Fundos é financiar o investimento produtivo nas regiões menos desenvolvidas. (VASCONCELOS, 1997; DIEESE, 1999; OLIVEIRA & DOMINGUES, s/d).

O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental, cuja macrodiretriz é o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Ele deve ser aplicado através de programas elaborados anualmente de acordo com a realidade ambiental, social e econômica da Região, em parceria com os representantes das instituições públicas e dos diversos segmentos da sociedade, em consonância com o Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) 1996/99 e com as prioridades espaciais e setoriais definidas pelas Unidades Federadas da Região Norte[3].

No tocante às estratégias do FNO, estas buscam combater a pobreza, consolidar a democracia e assegurar os direitos humanos, promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades regionais. O objetivo do FNO é fixar o homem no campo, incrementar a produtividade dos diversos segmentos da economia regional, ampliar a capacidade de produção, gerar renda e emprego, e melhorar as condições de vida da população e tem características que o tornam uma inovação institucional capaz de financiar propósitos modernos de desenvolvimento. É ainda

[3]http://www.bancoamazonia.com.br/fno.htm, acesso em 12 de maio de 2006.

considerado um instrumento de política econômica alternativo para os pequenos e miniprodutores[4] rurais, bem como para as pequenas e microempresas industriais (VASCONCELOS, 1997; SANTANA, 2002; COSTA 2005;).

1.4 PROBLEMAS DO FNO E NO CRÉDITO

Um dos problemas dos Fundos Constitucionais é que são essencialmente direcionados pela demanda, ou seja, pelas atividades econômicas locais que atendem aos requisitos do banco. É provável que, na área de abrangência do FNO, só as atividades mais bem desenvolvidas, com melhor infra-estrutura bancária e informação se candidatem a esses recursos. Não foi verificada nenhuma diretriz de alocação setorial ou regional. Assim, estando os financiamentos direcionados apenas pelas forças de mercado, é pouco provável que atividades de setores ou áreas menos desenvolvidas sejam atendidas, com impacto se concentrando nos municípios mais ricos. Então é necessária uma política de planejamento regional dos Fundos, de forma a superar/atenuar problemas de falhas de coordenação, o que leva ao desenvolvimento desigual (OLIVEIRA & DOMINGUES, s/d).

Isso reforça o raciocínio de que somente recursos sem oportunidade local não resolvem o problema do desenvolvimento. Embora o crédito agrícola seja relevante nas políticas públicas para agricultura familiar, a promoção do desenvolvimento rural requer a mudança do modelo tradicional de financiamento (BITTENCOURT, 2003).

O acesso limitado aos serviços de crédito e financiamento torna os mercados ineficientes, reduzindo o desenvolvimento econômico, principalmente por serem os países em desenvolvimento dependentes de crédito (SPOLADOR, 2001). Isso pode ser aplicado às áreas e regiões menores, como no caso do Acre. Spolador (*idem*), citando Meyer e Nagarajan (1997), revela um dos problemas da limitação do crédito é o aumento da insegurança alimentar e a concentração de renda. O quadro apontado por Spolador (*ib idem*) pode ter acontecido no Acre, pois ali há uma insegurança alimentar rural total de 74,6% (28,53% grave –Tabela nº 01), conforme a IBGE/PNAD (2004).

Tabela nº 01 : Dados de segurança alimentar no Estado do Acre – 2004 (percentuais)

Classes	População residente					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Sexo e grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*	100	34,43	65,52	24,84	21,76	18,93
Domiciliar *per capita* (1)	100	40,47	59,44	-x-	-x-	35,20
Urbana	100	38,67	61,26	25,35	21,41	14,50
Rural	100	25,24	74,76	23,73	22,51	28,53

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 RECURSOS URBANOS[5]

Os valores liberados pelo FNO para o setor 'urbano'[6] foram concentrados no setor de comércio e serviços, com mais da metade do valor liberado, com 23% para indústria, 15% para o apoio a micro e pequena empresa, 5% para a industria, 3% para o turismo e 2% para a microempresa.

[4] Vasconcelos (1997) relata que para estas categorias é difícil acesso ao sistema de crédito convencional e aos incentivos fiscais, ressaltando que a lei do fundo confere a eles tratamento preferencial, assegurando-lhes recursos de médio e longo prazos.

[5] Este item é baseado em Paiva & Cavalcanti (a, 2007), Paiva & Cavalcanti (b, 2007), Paiva & Cavalcanti (c, 2007).

[6] Isso não significa necessariamente que as empresas são localizadas na área urbana, mas apenas como forma de diferenciação dos recursos rurais.

A concentração dos recursos no comércio local apenas atendeu a "*cruel lógica dos mercados*"[7], pois se concentra na capital e seu entorno, sendo este o maior mercado consumidor do Estado, conforme pode ser visto na Tabela nº 02:.

Tabela nº 02: Resumo dos investimentos FNO Urbano por microrregião acreana (1995-06, corrigidos pelo IPCA)

Regional	Prodetur	Prodesin	Promicro	Promipec	Comserv	Indústria	Total	%	Pop. %
Brasiléia	-	-	57,30	-	2 589,10	120,23	2 766,63	3,94	5,49
Cruzeiro do Sul	424,08	-	98,94	2 428,52	1 019,05	1 755,19	5 725,78	8,16	17,83
Feijó	-	-	75,87	134,33	889,71	1 460,27	2 560,18	3,65	5,67
Rio Branco	1 803,12	3 092,94	829,59	7 009,37	31 132,52	11 943,88	55 811,42	79,56	56,71
Sena Madureira	-	-	89,37	444,62	287,03	1 012,50	1 833,52	2,61	6,80
Tarauacá	-	-	53,82	107,51	643,96	-	805,29	1,15	5,40
Xapuri	-	287,26	-	356,06	-	-	643,32	0,92	2,10
Total	2 227,20	3 380,20	1 204,89	10 480,41	36 561,37	16 292,07	70 146,14	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Em termos de IDH da microrregião se verifica uma concentração nas cidades com melhores índices (Rio Branco, Sena Madureira e Brasiléia). Em termos dos valores gerais, os dados revelam uma forte concentração das liberações na mesorregião do Vale do Acre, área de influência da capital, principal mercado estadual e com maior devastação da floresta. Isso vai de encontro ao desenvolvimento. A centralização de recursos nas proximidades de Rio Branco apenas concentra a renda nas mãos de poucos, ampliando a dependência das outras micro-regiões, notadamente mais à Oeste. Isso pode estar criando uma deseconomia de aglomeração na capital.

A falta de apoio financeiro a mesorregião do Juruá apenas serve para agravar mais o quadro de empobrecimento local, sem infra-estrutura (estradas) e sem recursos para promover seu desenvolvimento. Este raciocínio vai ao encontro do verificado por Almeida *et al* (2006), os quais constataram que os municípios de maior renda *per capita* são os mesmos em que estão presentes as empresas que receberam mais recursos do FNO pelo critério *per capita*.

O agrupamento dos recursos em áreas com mercado mais forte (vide Tabela nº 03) é um dos problemas levantados por alguns dos autores[8] e que tem forte correlação negativa no desenvolvimento regional, pois leva ao estrangulamento financeiro as regiões menos favorecidas (histórica ou politicamente).

Tabela nº 03: Recursos FNO, seu percentual e a população atendida pela agência

Município	Reg.	Pop.	Pop. %	IDH	% R$ FNO
Brasiléia	1	34 612	5,49	0,674	4,83
Xapuri	2	13 222	2,10	0,669	1,69
Rio Branco	3	357 462	56,71	0,675	68,78
Sena Madureira	4	42 878	6,80	0,589	10,69
Feijó	5	35 713	5,67	0,541	2,61
Tarauacá	6	34 054	5,40	0,540	3,21
Cruzeiro do Sul	7	112 387	17,83	0,587	8,19
Total	-	630 328	100,00	0,625	100,00

Fonte: ACRE (2005) e dados da pesquisa

Com isso se verifica ter havido concentração dos recursos, ao quais foram aplicados provavelmente de acordo com a demanda do capital e das forças de mercado, dentro da lógica do sistema bancário (garantias plenas). Os investimentos não levaram em consideração a necessidade regional de recursos para alavancar o desenvolvimento.

[7] Carvalho, 2002.

[8] Shumacher,1983, *apud* Bassan & Siedenberg, 2003; Carvalho, 2002; Azzoni, 2002; Jayme Jr & Crocco, 2005; Oliveira & Domingues, sd.

A linha Comserv concentrou mais de 52% do aplicado no setor urbano. Nesta foram distribuídos R$ 36,5 milhões (a maior média útil[9], R$ 407,02 mil por contrato) em cinco anos (2003-2006), os quais se fossem investidos no setor produtivo, notadamente o industrial ou mesmo na pequena propriedade familiar, teriam atraído estes valores em investimentos por conta da demanda agregada e ao aumento do poder aquisitivo por conta do crescimento do número de pessoas empregadas.

Em se tratando de mesoregiões (Acre e Juruá), se constata haver pouca atenção para a região mais a Oeste do Estado. Com uma população de 28,9%, recebeu apenas 14% dos recursos. Se a esse baixo volume de recursos investidos pela instituição, cujo objetivo deveria ser o de promover o desenvolvimento regional e a integração econômica, forem acrescidos os poucos atrativos por conta do isolamento geográfico e falta de recursos internos, se entende o porquê da região registrar alguns dos piores IDHs do país[10]. É claro que o FNO não pode mudar tudo sozinho, mas o conjunto de dados mostra a falta de um planejamento regional e até mesmo da falta de consonância entre as políticas gestoras com desenvolvimento.

Sem uma política de investimentos e capaz de gerar empregos e principalmente desenvolvimento (na acepção máxima da palavra), a deseconomia de aglomeração em Rio Branco tende a aumentar, com o empobrecimento das outras regiões, notadamente a do Juruá. Além do mais, a construção de duas mega-usinas hidrelétricas no vizinho Estado de Rondônia podem levar a uma migração de acreanos para aquela unidade da Federação.

Uma proposta para se tentar reverter este quadro de concentração é o uso do IDH e da população para distribuir os recursos. Estes divididos em três partes iguais, sendo uma para o componente população, outra pelo coeficiente populacional mas inversamente proporcional ao tamanho da população e a outra pelo IDH municipal. Dessa forma, os recursos poderiam ser distribuídos com base na seguinte fórmula:

$$\frac{a * 0{,}75\% * b}{c - d}$$

Onde:
a= 50% do valor total a ser liberado
b= Σ da População a ser atendida
c= Σ da População estadual
d= Σ da População da região da capital

Em resumo, a nova proposta resultaria no constante na Tabela nº 04, montada a partir das médias anuais históricas liberadas (pós-1995 e corrigidas pelo IPCA até maio de 2006):

Tabela nº 04: Recursos com base na população, concentração populacional e IDH.

Micro região	Valores atuais (R$ 1.000)	Valores propostos (R$ 1.000)
Brasiléia	1 572,99	2 718,80
Cruzeiro do Sul	2 667,41	6 562,31
Feijó	849,30	3 655,57
Rio Branco	22 391,02	10 991,90
Sena Madureira	3 479,42	3 325,14
Tarauacá	1 044,24	3 578,30
Xapuri	550,29	1 722,63
Total	32 554,66	32 554,66

Fonte: dados da pesquisa

[9] A maior média geral foi da linha Profloresta, mas foram apenas dois contratos.

[10] IDH = Jordão: 0,475; Santa Rosa do Purus: 0,525; Mal. Thaumaturgo: 0,533; Porto Walter: 0,540; Feijó**:** 0,541; Rodrigues Alves: 0,550. Fonte: Acre em Números (2005).

2.2 RECURSOS PARA A GRANDE PROPRIEDADE RURAL[11]

A distribuição total dos recursos para o setor rural, inclusive PRONAFs e **Profloresta**, mostra que região atendida pelas duas agências da capital concentrou 69,7% dos recursos (12 p.p acima de sua participação populacional), seguida de Sena Madureira (2,3 p.p acima), como pode ser visto na Tabela nº 05. Estas cidades mais Brasiléia possuem os maiores IDHs do Estado, revelando concentração nos investimentos.

Tabela nº 05: Recursos para o setor rural (linha e município; em R$ 1000,00; 1989-2006)

Rural	Proderur	Pronaf (todos)	Profloresta	Agropecuária	Total	%	Pop. %
Brasiléia	3 387,18	11 509,65	-	1 213,55	16 110,39	5,07	5,49
Cruzeiro do Sul	3 947,18	20 529,61	1 388,14	1 906,83	27 771,75	8,74	17,83
Feijó	1 733,53	4 348,89	-	1 237,71	7 320,13	2,30	5,67
Rio Branco	97 686,88	81 874,15	104,17	41 853,83	221 519,03	69,71	56,71
Sena Madureira	4 368,03	20 335,39	-	4 212,16	28 915,58	9,10	6,80
Tarauacá	5 143,64	3 406,12	-	1 931,30	10 481,06	3,30	5,40
Xapuri	712,33	2 052,74	-	2 904,69	5 669,77	1,78	2,10
Total	116 978,78	144 056,54	1 492,31	55 260,08	317 787,71	100	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Em termos do presente trabalho, se verificou ter o setor rural como um todo recebido ao longo do período estudado R$ 318 milhões, sendo a linha PRONAF responsável por menos da metade (45%) do total de financiado (Gráfico nº 02). A linha **Proderur** foi responsável por mais de um terço (37%) do volume total, com o programa **Agropec** respondido por cerca de 17%. A linha **Profloresta** teve pífios 0,5%, ou seja, muito pouco para um Estado que nos últimos três governos partir de 1999 tem em seu slogan a identificação com a floresta e apresenta discurso com viés ecológico[12].

Mas se forem somados os valores do **Proderur** e **Agropec** (a média pós-1995 é R$ 198,61 mil e R$ 226,48 mil por contrato, respectivamente), ambos destinados às maiores propriedades, se verifica ter havido uma concentração de 53,7% na grande propriedade. Pura centralização de renda e riqueza.

Vale ressaltar que no período mais recente, atendido pelo **Agropec** entre 2005 e 2006, os investimentos concentradores de renda foram 14% maiores, agravados ainda pelo aumento no volume por contrato. Esse crescimento na quantidade média liberada também se dá em pleno governo da floresta (1999-2006). Para a propriedade familiar ficou apenas uma média de R$ 10,4 mil por contrato. Ou seja, para cada contrato médio de grande proprietário (média de R$ 212,5 mil) poder-se-ia atender a 20 produtores familiares se mantida a média dos PRONAFs, com toda a força que estes representam no corolário nacional[13].

Quando os dados são analisados pelas mesorregiões Acre e Juruá, se verifica que esta é preterida em favor daquela. Em termos de **Proderur** se denota uma concentração absurda de 90,8% para Vale do Acre (população de 71 % do total do Estado), com os valores praticamente se repetindo com o programa **Agropec**. Estas duas linhas são as responsáveis pelos recursos para as áreas maiores. No geral o vale do Acre ficou com 83% dos recursos para o setor agrário e o Juruá com apenas 17% (população de 29%), como apresentado na Tabela nº 06.

Tabela nº 06: Recursos FNO - setor rural (por meso região estadual, em R$ 1000,00 – 1989-2006, corrigidos pelo IPCA)

---

[11] Este item é baseado em Paiva *et al* (d, 2007).

[12] Governo da Floresta, slogan oficial do Governo do Estado do Acre. No Estado foi criado um neologismo para identificar a nova forma de gestão: Florestania. Esta seria relacionada com o modo de vida dos residentes na floresta.

[13] Quesnay (1983), *apud* Trindade & Galante (2006); Guanziroli & Di Sabbato (2000); Montes (2003); Siedenberg & Silva (S/D); Buainain, Romeiro &. Guanziroli (2003); Guilhoto, Silveira & Azzoni, 2004, *apud* Reis, 2006.

Região	Proderur	Pronaf (todos)	Profloresta	Agropec	Total	R$ %
Vale do Acre	106 154,43	115 771,93	104,17	50 184,24	272 214,77	83,26
Vale do Juruá	10 824,35	28 284,61	1 388,14	5 075,84	45 572,94	16,74
% Juruá	9,25	19,63	93,02	9,19	14,34	16,74
% Acre	90,75	80,37	6,98	90,81	85,66	83,26

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado dessa concentração de recursos pode ter a ver com a Imagem nº 01, onde se constata o tamanho da devastação na região Leste e pouca agressão na região Oeste. Nesta é visível o tamanho da agressão sobre a floresta, principalmente no entorno de Rio Branco, com reflexos ainda no eixo das rodovias BR 364 (Sentido Leste – Oeste) e BR 317 (sentido Norte – Sul). No caso de Rio Branco a situação pode estar ampliando a deseconomia de aglomeração ali existente.

Com isso é possível deduzir que o FNO não atingiu seus objetivos no sentido de fomentar o desenvolvimento regional em seu conceito mais amplo, mas agiu na lógica do sistema financeiro bancário e atendeu principalmente aos que oferecem maiores garantias e na lógica do capital. Os dados revelam falta de critérios do banco e possivelmente do governo, onde os investimentos concentrados agem de forma contrária ao desenvolvimento. Além disso, os elevados volumes reunidos em poucos contratos concentram a renda e contribuem para manter o Acre com um dos piores índices de Gini do país[14] (vide ZARA, 2006).

Além do mais, os recursos investidos na grande propriedade atendem aos interesses do mercado, seja local ou externo, reduzindo a produção de culturas alimentares. Isso, por sua vez, se traduz na elevada insegurança alimentar no Estado.

Imagem nº 01: Desmatamentos no Oeste Brasileiro até setembro de 2006.

Imagem de satélite com os desmatamentos (em amarelo) no oeste brasileiro[15]

2.3 RECURSOS PARA A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL[16]

Se à primeira vista os números totais do PRONAF (15,2 mil contratos e R$ 142 milhões) podem impressionar por ser o Acre um estado carente de investimentos em geral, isso não se mantém

[14] No caso do Acre, conforme IPEA (2005) *apud* ZARA (2006), houve um grande incremento na concentração de renda e apresentou, naquele levantamento, uma das maiores do Brasil. Na Amazônia, houve também aumento da concentração nos outros Estados, exceto no Amazonas (manteve) e em Rondônia (forte redução).

[15] Sistema DETER: Modis 30 Setembro 2006/Divisão Política/DESMATAMENTO MODIS Jan-Dez/2006, em http://www.inpe.br/deter, acessado em 06-02-2007.

[16] Este item é baseado em Paiva *et al* (l, 2007).

se a análise levar em conta a população rural existente. Segundo o CENSO-2000, *apud* ACRE (2005), 33,6% da população acreana reside no setor rural. Se este índice for utilizado, havia, na época, uma população rural de 187,3 mil pessoas.

No caso em questão, os recursos distribuídos pelo Banco da Amazônia não representam sequer R$ 700 por residente no campo ao longo dos 12 anos amostrados (1995-2006). Muito pouco para promover o salto de produção/produtividade necessário para o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Segundo ACRE (2000, v.III) o nível tecnológico local é um dos impeditivos de uma produção comercial competitiva e para reduzir a pressão por desmatamentos. Assim, nem se distribuiu renda nem melhorou o nível tecnológico.

Além disso, aqueles que mais necessitam[17] foram os beneficiários dos menores volumes de recursos, pois a maior quantidade de contratos se deu no PRONAF 'D', cujos valores podem chegar a R$ 40 mil (Tabela nº 07). Todos os outros beneficiários do programa receberam, juntos, menos contratos que o PRONAF 'D', pois este concentrou 55% dos contratos e 73% dos valores.

Além disso, verifica-se que quanto maior o volume de recursos liberados, maior o número de contratos. Até mesmo na pequena propriedade o FNO agiu para concentrar renda e nos interesses do mercado, pois os mais beneficiados são aqueles com maior renda comprovada. Isso comprova o pensamento de Zara (2006), pois o crédito foi direcionado para quem já o tem.

Tabela nº 07: Total de Recursos dos PRONAFs no Estado (1995-2006)

PRONAF	Contratos	%	Valores*	%
A	2 211	1,53%	25 841,86	17,94%
A/C	29	0,21%	57,73	0,04%
B	1 309	9,43%	1 082,33	0,75%
C	2 717	19,56%	11 379,43	7,90%
D	7 622	54,88%	105 695,18	73,37%
Total	**13 888**	**100,00%**	**144 056,53**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa.
* Em R$ 1.000,00, Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006.

Em termos de PRONAF 'C', no ano de 1999, que antecede a eleições municipais, apresenta um número atípico de contratos, sendo que um funcionário do Banco da Sena Madureira, foi candidato naquela cidade no ano seguinte. Neste ano (99) a agência desta cidade concentrou 32,7% do volume total geral de recursos disponibilizados.

No tocante a Brasiléia, entre 1998 e 2001 há uma verdadeira derrama de dinheiro na cidade (71,4%, 9,3%, 77,7% e 44,2%, respectivamente, dos recursos do PRONAF 'C'). Misteriosamente estes recursos minguam nos anos seguintes, desaparecendo entre os anos de 2002 e 2003, além de ficar em quocientes bem inferiores nos últimos anos amostrados. Nesta um funcionário foi candidato a deputado estadual.

A distribuição do PRONAF C não é proporcional à população e não representa um fluxo de recursos, mas sim aportes esporádicos e com baixo valor liberado, os quais dificilmente poderão reverter o quadro de atraso econômico financeiro do público alvo ou mesmo da região (Tabela nº 08).

Em termos de PRONAF 'D', surge novamente altos volumes de recursos e alta concentração de público nos anos pré-eleitorais e nos municípios de Sena Madureira e Brasiléia. No caso daquela, em 1999 (véspera de eleição) concentrou 25,2% dos financiamentos no Estado para a modalidade. Isso representa quase quatro vezes a participação percentual desta cidade (7%) nos números estaduais.

[17] A: até R$ 16,5 mil, mas só dois contratos; A/ C: entre R$ 500 e R$ 3.000,00; B: até R$ 3 mil: C: entre R$ 1,5 mil e R$ 6 mil; D: entre R$ 14 mil e R$ 40 mil.

Assim, é possível se inferir não ter o FNO atingido a população rural do Estado da maneira necessária ou sequer da esperada, quer sejam os beneficiários da reforma agrária oficial ou mesmo os produtores familiares independentes. A isso se some a hipótese (muito possível) de ter sido o banco e estas linhas de financiamento utilizadas com fins políticos e eleitoreiros.

No tocante a participação do PRONAF no montante geral de recursos, se constata ter este distribuído menos da metade (45%) do total de recursos para o setor rural. Como os recursos são pulverizados por milhares de produtores, houve concentração em outras linhas.

Os PRONAFs representaram apenas pouco mais de um terço do montante total estadual, quando deveriam estar em percentuais bem mais elevados, principalmente se levado em conta a legislação e objetivos do programa. Com isso se comprova que os recursos chegaram mais à grande propriedade do que para a pequena.

Tabela nº 08: Percentuais totais do PRONAF no Estado (1995-2006)

Cidades	Total PRONAF*	% Rural	% Total liberado	% Pop. Municipal	% de Assentados
Brasiléia	11 509,65	3,62	2,95	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	20 529,61	6,46	5,26	17,83	16,0
Feijó	4 348,89	1,37	1,11	5,67	3,3
Rio Branco	81 874,15	25,76	20,96	56,71	54,0
Sena Madureira	20 335,39	6,40	5,21	6,80	10,7
Tarauacá	3 406,12	1,07	0,87	5,40	3,5
Xapuri	2 052,74	0,65	0,53	2,10	4,7
Total	144 056,54	45,33	36,88	100,00	100,0

Fonte: Dados da pesquisa. *Em R$ 1.000,00, Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006.

Os dados relativos a distribuição dos PRONAFs reforçam a idéia de que o Estado não possui uma política de desenvolvimento regional. Como nas outras análises aqui apresentadas, há a concentração dos recursos 'baratos' do FNO na principal região econômica, a qual já atraem naturalmente os recursos por intermédio de outras fontes (AZZONI, 2002). É preciso ressaltar ser o FNO uma linha de recursos diferenciados e com objetivos bem definidos em Lei.

Com base neste raciocínio, urge mudar a relação do PRONAF com o restante dos recursos do FNO e para com os recursos para o setor rural. Mas somente haverá desenvolvimento regional sustentável se houver um planejamento local (município/microrregião) e estadual sincronizados em uma política macro.

Outro ponto é ampliar a rede de atendimento bancária, como forma de democratizar o acesso dos pequenos produtores. Além do fato das agências serem concentradas em apenas sete dos 22 municípios (muitos dos quais sem uma ligação permanente), os produtores são descapitalizados e com pouco grau de associativismo (em seu conceito mais amplo). Nesse caso, parceria com prefeituras e governo do Estado para abertura de postos de atendimento pode se uma das formas dessa democratização.

Além disso, não basta apenas injetar recursos. É preciso apoio para a formação de uma classe de empresários rurais (assistência técnica). Isso poderia ser atendido aplicando-se com requisito a necessidade do interessado participar de curso de produção e gerenciamento.

Importante também é o apoio do Estado no que diz respeito ao escoamento (infra-estrutura) e a viabilização de mercados, principalmente para produtos acabados de origem local e cujo processo de produção não represente agressão ao ambiente (agroindústria). Com a formação ou ampliação do capital social os benefícios podem se tornar permanentes e promover a inclusão social e o desenvolvimento regional.

2.4. CULTURAS ANUAIS[18]

Neste item são discutidos os resultados da correlação do FNO para com as culturas da mandioca (euforbiácea, *Manihot* spp), do milho (gramínea, *Zea mays*), do arroz (gramínea, *Oriza sativa*) e do feijão (leguminosa, *Phaseolus* spp.)

2.4.1 Mandioca

Se forem considerados os aumentos na produção e produtividade, estando o Estado ainda em busca dos números do final da década de 90, verifica-se não terem estas culturas recebido a devida atenção por parte do planejamento público ao longo dos últimos anos (Gráfico nº 01). Se houve um aumento nos desmates e isso não resultou no correspondente para a produção de grãos, é mais um sinal de pecuarização por parte de pequenos produtores rurais (Gráfico nº 02).

Mas não se pode porém creditar ganhos ou falta deles somente aos financiamentos, como salientaram Costa (2005) e Bittencourt (2003) ao afirmarem ainda faltar outros componentes (como a assistência técnica de qualidade, infra-estrutura e mercado). Além disso não se pode descartar a hipótese de desvio dos recursos/finalidade. Vale ressaltar ser a carne bovina um dos (senão o) principal produto de exportação do Acre e sobre isso Furtado (1996) chama atenção para o fato de que o aumento das culturas de exportação reduz a produção de alimentos (vide Tabela nº 01).

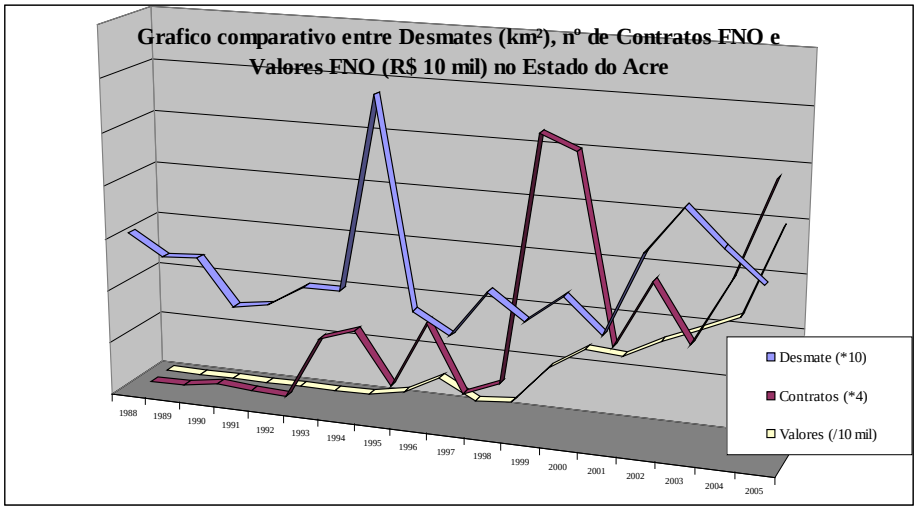
Gráfico nº01 : Produção de quatro culturas alimentares no Estado do Acre (1990-2005)

Fonte: IBGE/Sidra

A falta de incremento nas produções de arroz e feijão é, um indicativo de falta de planejamento e apoio real ao setor agrícola local, pois mesmo sem apoio ele existe e somente em projetos de assentamentos oficiais são 21.319 famílias espalhadas por todos os municípios do Acre (ACRE, 2005).

Gráfico nº 02: Desmates, número de contratos e valores FNO no Estado do Acre (1995-06)

[18] Este item é baseado em Paiva *et al* (g, 2007); Paiva *et al* (h, 2007), Paiva *et al* (i, 2007) e Paiva *et al* (j, 2007).



Fonte: INPE/Sistema Prodes e Dados da Pesquisa

Este atraso nas produções pode ser um resultado da linha de desenvolvimento escolhida para o Estado. Segundo Becker (2002, *apud* SILVA, 2004) e Amin (2002), os Estados do Acre e do Amapá optaram por seguir uma linha de desenvolvimento pautada em modelos baseados na utilização conservacionista da floresta. Amin (*idem*) ainda reforça afirmando ter havido pouca ênfase ao desenvolvimento de uma economia de mercado, capaz de melhorar o bem-estar social da região.

Os resultados dessa política com forte apelo ambiental/emocional, mas sem preservação e sem produção, são os altos níveis de Insegurança Alimentar e Índice de Gini, com baixo IDH. Velloso chamou atenção para a simples exploração dos recursos naturais:

> [o Brasil, sabidamente, é muito rico em Recursos Naturais. Em recente *survey* sobre o País, a revista *The Economist* disse que a natureza foi até pródiga demais conosco. Mas não podemos satisfazer-nos com a simples exploração desses recursos]. Velloso (2007).

A agricultura familiar age no sentido de assegurar uma alimentação com qualidade e em quantidades suficientes e permanentes (MALUF *et all*, 2004, *apud* GAZOLLA, 2004). Se isso for aplicado e comparado com os níveis de insegurança alimentares locais (61,3% urbana e 74,8 rural) pode se dizer então que o FNO não chegou às comunidades de pequenos agricultores e, se isso ocorreu, não foi suficiente para alavancar a produção, com prejuízo para a alimentação na área urbana.

Mesmo sendo os setores ligados à mandioca indicados para a formação de um Arranjo Produtivo Local desde o ano de 2002, não se viu os resultados disso, ainda que a produção tenha crescido em 2003/2004. Mesmo assim os números são apenas próximos dos registrados no começo dos anos 90.

Ao se limitar o incentivo apenas para uma cultura, os planejadores deixam de magnificar as correlações positivas para com os outros setores. No caso do Acre, a mandioca deveria vir junto com o apoio à implantação de indústrias (fábrica de fécula, p.ex.), aliada ao fortalecimento da cultura do amendoim (e este com o biodiesel) e do milho, como vistas a baratear custos de ração animal e, por conseguinte, alavancar o setor de pequenos animais e leiteiro. Tudo dentro de uma política de Estado e fundamentada no Zoneamento Ecológico.

Outro ponto é a migração do pequeno produtor em busca de produzir mercadorias com maior mercado e mais fáceis de serem retiradas da propriedade nos períodos chuvosos. Neste caso a preferência é sempre para os bovinos de corte. Desde os anos 80, durante o curso de Engenharia Agronômica, costumávamos perguntar aos técnicos e colegas qual é a diferença de 18 arrobas (300 kg de carne – 600 kg de peso vivo) de milho e de boi. A maioria não sabia.

A resposta é simples: tente retirar os dois de uma estrada vicinal (ramal, sem pavimentação), distante alguns quilômetros da rodovia pavimentada, durante o período chuvoso na Amazônia (novembro-abril) e vai descobrir a primeira diferença (o boi vai só). E após isso, fique à beira da estrada com a mercadoria e uma placa de "Vende-se" e verá qual delas será comercializada primeiro. Além do mais, veja qual remunerará melhor peso por peso[19]. Se não der certo, volte para a propriedade trazendo tudo de volta.

O exemplo pode ser aplicado para quase todas as culturas anuais. Aos dados pode ser somado ainda o fato do boi ficar no pasto sob as intempéries, não havendo no Acre registros de grandes infestações (como bernes e carrapatos). Além disso, não enfrenta problema se passar alguns meses do ponto de abate caso haja redução dos preços, além da liquidez quase imediata.

Assim o produtor migrou para a bovinocultura por falta de opção rentável para as condições e culturas locais. O problema está no fato deste processo levar a redução das culturas alimentícias (o gado é produto de exportação) como citado por Celso Furtado (1996). O reflexo se fez sentir nos níveis alimentares da população (vide Tabela nº 01, Insegurança Alimentar).

No tocante a estas culturas e de acordo com os dados analisados, não é possível concordar com Costa (2005) pois o FNO não foi capaz de proporcionar a alavancagem das produções e sequer das produtividades, pois estas permaneceram baixas.

Assim, os estudos mostram que o uso dos recursos foi de encontro do previsto pelo Ministério da Integração Nacional (2003), apud Oliveira & Domingues (s/d): o FNO deve dar preferência à produção de alimentos básicos à população. Conclui-se então que o FNO não logrou êxito no que diz respeito ao desenvolvimento destas culturas usadas na alimentação da população local. Outro item é a provável influencia na migração dos agricultores para a pecuária de corte.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente é preciso destacar o fato de que até o ano de 2001, os valores destinados ao setor agrário e o restante foram similares, mas a partir daí há um descolamento entre os volumes com um crescimento maior deste que daquele. Isso mostra uma tendência de crescimento dos investimentos urbanos, os quais, por sua vez, foram concentrados na capital acreana e seu entorno.

A linha de tendência mostra que, mesmo tendo crescido os valores de forma similar, esse distanciamento se mantém. Mas as produções agrárias mostram ampliação nos últimos anos, o que pode ser um reflexo direto do maior volume de recursos aplicados.

Um dado preocupante é o fato do índice de Gini ter crescido tanto no Acre. Em Rondônia, acusado de ser o Estado onde há a maior predação ambiental, o índice de Gini se tornou similar ao de Santa Catarina, um dos modelos para o país.

Isso representa dizer que a forma de exploração predatória sobre os recursos naturais teve uma correlação inversa com a concentração de renda. Com isso, ou se amplia a forma de gerar renda de forma sustentável na região ou o discurso neoliberal se fará dominante. Afinal é muito fácil se desenvolver a custa de um imenso passivo ambiental.

O fato é que existe um *trade off* entre desenvolvimento e preservação. Assim, o Acre precisa encontrar sua especialidade em termos de produção e esta ser capaz de fomentar o crescimento econômico aliado ao uso correto do ambiente, tendo como objetivo a justiça social.

É claro que não se pode depositar somente no FNO/Banco da Amazônia a responsabilidade do (in)sucesso local. Não se pode negar o fato do FNO ter disponibilizado recursos

[19] O milho normalmente paga valores próximos de R$ 20 a saca de 50 kg (estimativa extremamente otmista), ou seja, um total de R$ 120 na hipótese levantada. Enquanto isso um boi é pago entre R$ 600 e R$ 700. Aqui não se entra no mérito da produção por hectare, mas apenas se procura entender a lógica do pequeno produtor familiar sem infra-estrutura.

importantes à região, mas o elevado coeficiente de variação revela não terem sido estáveis. Mas há que se concordar que, sejam como forem, são extremamente necessários para investimentos nos setores produtivos da Região Amazônica, dada a escassez de recursos acessíveis.

Da mesma forma, não se pode olvidar o fato do FNO ser um instrumento de política econômica alternativo para pequenos produtores rurais e pequenas indústrias por conta do difícil acesso ao crédito e incentivos fiscais. Porém, os dados revelam que, do montante, relativamente pouco chegou a este público. Com isso, ao invés de dirimir desigualdades intra-regionais, estas se ampliaram, pois os recursos foram concentrados na região mais rica - ou menos miserável para se usar uma terminologia mais adequada.

O fundo reforçou a tendência de concentração dos investimentos em locais mais fortes economicamente, o que robustece a necessidade de melhorar a alocação geográfica com vistas ao desenvolvimento regional e equânime. Além disso, é bastante provável que nem mesmo as diferenças para com as regiões mais desenvolvidas do país tenham se reduzido.

Se um dos objetivos do Fundo é financiar o investimento produtivo, isso não encontra eco quando se destina mais da metade dos valores urbanos para o setor de comércio e serviços. Se os recursos se devem ser exclusivamente ao setor produtivo, isso não se encontra no comércio, embora isso tenha atendido aos anseios da 'cruel lógica dos mercados'.

Se não aproveitar os recursos do FNO para melhorias e ampliação no parque industrial e a produção de mercadorias com alto valor agregado, o Estado pode estar sendo condenado a uma condição de miserabilidade *ad eternum* mesmo estando sobre uma imensa riqueza biológica.

Mas, como o citado acima, a concentração de mais 50% dos recursos urbanos (9,4% do total geral, 0,53% dos contratos, com média de R$ 457 mil – 1995/2006) no setor de comércio e 45% na grande propriedade rural (5,55% dos contratos, R$ 212 mil de média/contrato) revela o atendimento da lógica de mercado e da demanda. Isso é mais uma prova de que o capital não está sujeito à regulação do Estado ou do "Mercado", mas é ele que regula ambos (MÉSZÁROS, 2002).

Da mesma forma, a concentração dos recursos na região da Capital mostra que o atendimento ao conjunto do funcionalismo público é que maior pressão exerce na lógica bancária, pois estes representam a principal força econômica do Estado (1/3 do VBP). Logo, se verifica ter o crescimento sido entregue às 'mãos do mercado' e do capital, o que aumentou as desigualdades acreanas. A isso se some também não ter havido aumento da produtividade.

Com base nos estudos aqui apresentados, é bastante possível que o FNO tenha contribuído para o abandono da agricultura familiar e para a migração de agricultores assentados para o setor pecuário. Mesmo assim os recursos do FNO chegaram na pequena propriedade e, com relação a este dado, atingiram seu objetivo.

Mas o FNO não foi nem mitigador social ou indutor do desenvolvimento, pois o grande mitigador social no Estado tem sido a distribuição de bolsas[20], as quais já atingem cerca de 50 mil famílias no Estado. Se for projetado para a quantidade média de cinco pessoas por família, têm-se aproximadamente 250 mil pessoas (41,7% de uma população de aproximadamente 600 mil) beneficiadas com estes mitigadores.

Assim, é bastante possível que a estratégia de concentração das liberações dos recursos não esteja contribuindo para evolução da economia regional. Para que isso aconteça é preciso uma mudança do modelo tradicional de financiamento empregado, onde a vinculação da liberação de financiamentos seja condicionada a participação em cursos de formação empresarial, seja para o setor urbano ou rural. Estes cursos podem ser ofertados pelo Estado ou mesmo por órgãos ligados aos setores (Senac, Senar, Sest, Senai, Sebrae).

[20] Bolsa família; erradicação do trabalho infantil; vale gás; bolsa escola; adjunto da solidariedade; entre outras.

Da mesma forma, é provável que o problema da desigualdade não tenha se dado por falta de recursos, mas sim na dificuldade do acesso a estes. Logo a qualidade do desenvolvimento regional será maior se houver planejamento e organização social, ou seja, o sistema econômico é mera função da organização social. É preciso então ampliar o acesso de micro e pequenos aos recursos, seja na forma de campanhas de mídia ou mesmo aumentando a rede de atendimento para poder melhorar os resultados.

O FNO foi, no período estudado, a aplicação de uma política de Estado, cujas ações principais no Acre se deram em função das classes mais abastadas e da concentração de recursos (regional e social). Mas, se o Banco da Amazônia falhou na aplicação do FNO, quem falhou na verdade foi o Estado ao não conseguir promover o desenvolvimento em sua dimensão maior (melhoria das condições de vida da população). O FNO é uma política de Estado baseada em recursos do povo, cujo resultado de sua aplicação no Acre foram benefícios de uma minoria, tendo como resultado a concentração de renda.

Para tentar minimizar este resultado, uma saída seria a existência de atendimento em todas as cidades juntamente com a distribuição dos recursos de forma a desconcentrar os investimentos, tendo como base o IDH e a população. Esta ação tem de ser rápida, pois quanto maior a demora, maior será a intervenção, por conta da maior concentração permanente de renda.

Dessa forma, o Estado do Acre precisa definir suas principais vocações produtivas e, partir de então, o banco investir de forma coordenada com os interesses da sociedade. Sem isso, dificilmente conseguirá romper o ciclo de miséria a que tem estado atrelado, pois o foco no extrativismo tende a concentrar renda, sem gerar desenvolvimento.

O FNO serviu para ampliar a concentração de renda, com a forma de liberação sido desvirtuada. Os recursos foram apropriados em sua maior parte pela classe dominante. Esta se valeu tanto do Estado como do banco.

Os PRONAFs têm todas as características de serem microcrédito, cujo volume de financiamentos são insuficientes para alterar o quadro de abandono da agricultura promovido por parte do Executivo Estadual. A isso se some o fato de que mesmo dentro desta os recursos foram apropriados pelos maiores proprietários.

Se essa concentração dos recursos nestes setores for associada a uma indústria baseada no extrativismo florestal, onde os ganhos principais são apropriados pela madeireira e principalmente pela indústria final, dificilmente o Acre será conduzido ao desenvolvimento nos termos de Amartya Sen, Robert Putnam e Ignacy Sachs[21]. No máximo vai ampliar o PIB, mas o resultado será uma deseconomia de aglomeração ainda maior em Rio Branco e uma miséria generalizada no restante do Estado, concentrada principalmente nos bolsões (cinturões) de miséria distribuídos uniformemente por todos os municípios acreanos.

Por fim, é preciso salientar que os indicadores sociais (índice de Gini-2005, IDH-2003 e a Insegurança Alimentar-IBGE/PNAD, 2004) revelam o fracasso do projeto de desenvolvimento traçado para o Estado e, neste caso, pouco o FNO pôde fazer. A mudança de paradigma se faz necessária ou pouco se pode esperar do futuro para o Acre que não seja ser um corredor verde de exportações dos produtos manufaturados de outros Estados.

BIBLIOGRAFIA

[21] Capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, conforme (RATTNER, 2003); Grau de confiança existente entre os atores sociais, grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico (idem); Sustentabilidade para o ecodesenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993).

ACRE, Governo do Estado. **Acre em números**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEPLANDS / Gerência de Estudos e Pesquisas Aplicadas a Gestão – GEPAG, 2005.

ACRE, Governo do Estado. **Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: indicativos para gestão territorial do Acre – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V.III.

AMIN, M. M. **Situação da pecuária na Região Norte: Tendências e Perspectivas**. In SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coordenador). O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia. M&S Editora, Belém-PA, 2002. 623 p.

AZZONI, C. R. **Sobre a necessidade de uma política regional**. In KON, Anita. **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p.17-43.

BASA. **Crédito Rural PRONAF A**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link13.htm, visitado em 12 de maio de 2006. Visitado em 14 de julho de 2006.

BASA. **Crédito Rural PRONAF A/C**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link15.htm. Visitado em 14 de julho de 2006.

BASA. **Crédito Rural PRONAF B**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link14.htm. Visitado em 14 de julho de 2006.

BASA. **Crédito Rural PRONAF C**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link16.htm. Visitado em 12 de maio de 2006.

BASA. **Crédito Rural PRONAF D**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link17.htm. Visitado em 12 de maio de 2006.

BASA. **Desenvolve Amazônia: Plano de Aplicação dos Recursos para 2006 - Estado do Acre**. Disponível em http://www.bancoamazonia.com.br.desenvolveamazonia.htm. Acesso: 12/maio/2006.

BASA. **FNO: Origem e Características**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/fno.htm. Visitado em 12 de maio de 2006.

BASSAN, D. S. & SIEDENBERG, D. R. **Desenvolver buscando a redução das desigualdades**. Em BECKER, Dinizar F. & WITTMMAN, Milton L. (organizadores). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003. 395 p.

BITTENCOURT, G. A. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas – SP, 2003. Disponível em http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000307081. Acessado em 17 de julho de 2006.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A. R. & GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf. Acessado em 07 de fevereiro de 2007.

CARVALHO, D. F. **Financiamento do FNO e seus impactos financeiros e socioeconômicos na indústria da Região Norte**. in SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coordenador). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. M&S Editora, Belém-PA, 2002. 623 p.

COSTA, F. de A. **O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade**. In Amazônia: Ciência & Desenvolvimento / Banco da Amazônia. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2005), Belém: Banco da Amazônia, 2005. p. 181-195.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Banco da Amazônia S.A.: Missão Institucional e Desempenho Econômico-Financeiro** (Texto n.º 30/99, Linha Bancários). DIEESE - Subseção FENAE, Brasília, outubro de 1999. Disponível em http://www.cnbcut.com.br/dieese/BASA-missao%20e%20situa%C3%A7%C3%A3o%20econ-financ.doc, acessado em 01 de agosto de 2007.

FERREIRA, M. de N. C.; MENDES, F. A. T**. Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a agricultura paraense no período de 1900 a 1999**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2003. Em http://www.bancoamazonia.com.br/download/ArtigoFNO1.pdf visitado em 14 de julho de 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 – Coleção Cultura. 89 p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Faculdade de Ciências Econômicas / Programa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2004.

GUANZIROLI, C. E. & DI SABBATO, A. **A Importância das Atividades Agropecuárias Na Formação Da Renda Dos Agricultores Familiares**. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo: 04/05/2000. Disponível em http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=437. Acesso em 23 de julho de 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Sistema PRODES**. Disponível em http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2005.htm. Acessado em 14/08/06.

JAYME JR, F. G. & CROCCO, M. **Política Fiscal, Disponibilidade de Crédito e Financiamento de Políticas Regionais no Brasil - Versão Preliminar Para Discussão**. Departamento de Economia e Cedeplar-UFMG. Maio de 2005. disponível em http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/JaymeJreCrocco.pdf. Acessado em 14/07/06.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.

MONTES, C. L. **Impacto do Pronaf sobre a Agricultura Familiar. Escola Nacional de Administração Pública**. Monografia, Curso de Pós-graduação, Escola Nacional de Administração Pública. Brasília - DF, 2003. Disponível em https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/Estudos/Impacto_do_Pronaf_sobre_a_Agricultura_Familiar.pdf. Acessado em 14 de julho 2006.

OLIVEIRA, H. C. de & DOMINGUES, E. P. **Desigualdades regionais no Brasil e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Centro-Oeste**. Cedeplar-UFMG. S/data. Disponível em http://www.caen.ufc.br/artigosselecionados/heldercarlos.pdf. Acesso: 14 de julho 2006.

PAIVA (a), R. A. & CAVALCANTI, F. C. da S. **Análise da distribuição dos recursos do FNO no Estado do Acre – Recursos Urbanos**. In: Simpósio de Investigação Sócio Ambiental na Fronteira Trinacional Amazônica – Brasil, Bolívia e Peru. UFAC/UAP/UNAMAD: Brasiléia-AC, 17/11/2007.

PAIVA (b), R. A. CAVALCANTI, F. C. da S; OLIVEIRA, M. L. de; PAIVA, A. P. **Análise da distribuição dos recursos do FNO no Estado do Acre – Parte IV: Uma nova Proposta de distribuição**. In: I Simpósio de Desenvolvimento Regional do Acre - SIMDR-AC e I Mostra Científica de Economia – I MEC. UFAC: Rio Branco-AC, 13-14/dezembro/2007.

PAIVA (d), R. A. CAVALCANTI, F. C. da S; PAIVA, A. P. **Análise da distribuição dos recursos do FNO no Estado do Acre – Parte II: Recursos Rurais**. In: I Simpósio de Desenvolvimento Regional do Acre - SIMDR-AC e I Mostra Científica de Economia – I MEC. UFAC: Rio Branco-AC, 13-14/dezembro/2007.

PAIVA (f), R. A. CAVALCANTI, F. C. da S; PAIVA, A. P. **Análise da distribuição dos recursos do FNO no Estado do Acre – Parte III: Distribuição Geográfica**. In: I Simpósio de Desenvolvimento Regional do Acre - SIMDR-AC e I Mostra Científica de Economia – I MEC. UFAC: Rio Branco-AC, 13-14/dezembro/2007.

PAIVA, R. A (g); CAVALCANTI, F. C. da S; CARVALHO, L. A; PONTES, A. C. F. **O FNO no Estado do Acre: Um estudo da correlação dos financiamentos e as produções da cultura da mandioca.** In: V Seminário Anual de Cooperação UFAC/Universidade da Flórida: Rio Branco-AC, 11-12/07/2007.

PAIVA, R. A (h); CAVALCANTI, F. C. da S; CARVALHO, L. A; PONTES, A. C. F. **FNO no Estado do Acre: Um estudo da correlação dos financiamentos e as produções da cultura do feijão**. In: V Seminário Anual de Cooperação UFAC/Universidade da Flórida: Rio Branco-AC, 11-12/07/2007.

PAIVA, R. A (i); CAVALCANTI, F. C. da S; CARVALHO, L. A; PONTES, A. C. F. **FNO no Estado do Acre: Um estudo da correlação dos financiamentos e as produções da cultura do milho.** In: V Seminário Anual de Cooperação UFAC/Universidade da Flórida: Rio Branco-AC, 11-12/07/2007.

PAIVA, R. A (j); CAVALCANTI, F. C. da S; CARVALHO, L. A; PONTES, A. C. F. **FNO no Estado do Acre: Um estudo da correlação dos financiamentos e as produções da**

cultura do arroz. In: V Seminário Anual de Cooperação UFAC/Universidade da Flórida: Rio Branco-AC, 11-12/07/2007.

PAIVA, R. A (l); CAVALCANTI, F. C. da S; SILVA, J. J. A. da; Paiva, A. P. **PRONAF-FNO: breve análise da distribuição geográfica dos investimentos na pequena propriedade no Estado do Acre.** III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. UEL/USP/UNESP/UEOP/UFMT: Londrina-PR, 10-14/10/2007.

RATTNER, H. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, n. 21, Fevereiro/2003. ISSN 1519.6186. Em http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm. Acessado em 13 de novembro 2006.

REIS, J. C. G. dos *et al*. **Evolução na Eficiência Produtiva da Pecuária Leiteira em Pequenos e Médios Estabelecimentos Paulistas**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 85-96, jul./dez. 2006. Disponível em ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp6-2-06.pdf. Acesso: 23/julho/2007.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução Magda Lopes. Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SANTANA, A. C. de (Coordenador). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. M&S Editora, Belém-PA, 2002. 623 p.

SEBRAE. **Acre: Levantamento das potencialidades econômicas e vantagens competitivas**. Rio Branco- Acre. Sebrae, 2000. 336 p.

SIEDENBERG, D. R. & SILVA, P. **A agrodiversidade como estratégia de viabilização da agricultura familiar no município de Passo Fundo – RS**. Sem data. Disponível em http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=35. Acessado em 23 de julho de 2007.

SILVA, I. M. da. **A contribuição FNO ao desenvolvimento da Amazônia: análise das aplicações e efeitos gerados no período de 1989 a 1995**. Monografia apresentada ao curso de Economia/UFAC para obtenção do título de Bacharel. Rio Branco-AC, UFAC, setembro de 1996.

SILVA, L. M. S. da. **Relações intersetoriais da economia acreana e sua inserção na economia brasileira: uma análise insumo-produto**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2004. 165p. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-27102004-155009/. Visitada em 14 de julho de 2006.

SPOLADOR, H. F. S.. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, 2001. ESALQ, Piracicaba, 2002. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/. Aceso: 23/julho/2007.

TRINDADE, J. G. & GALANTE, V. A. **Das preocupações fisiocráticas e clássicas ao custeio agrícola moderno: o pensamento econômico e sua aplicação ao sistema nacional de crédito rural (SNCR)**. Revista Faz Ciência, 08,01 (2006) pp. 73-104 UNIOESTE. ISSN 1677-0 439. Disponível em http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewPDFInterstitial/342/256. Acessado em 23 de julho de 2007.

VASCONCELOS, J. R. de. **As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Central**. Texto para discussão N 458. Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, janeiro de 1997. Disponível em http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0458.pdf. Acessado em 11 de novembro de 2006.

VELLOSO, J. P. dos R. **Chegou a vez do Brasil? Caminhos de saída – para chegar ao alto crescimento**. Rio de Janeiro, julho/2007. Disponível http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?folderId=100&name=Chegou+a+vez+do+Brasil.pdf, acessado em 20 de julho de 2007.

ZARA, T. M. **Desenvolvimento Financeiro: crescimento e desigualdades nos estados brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2006. 54 p. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15122006-195440/. Acessado em 10 de fevereiro de 2007.